Aspectos da teoria de Antoine Culoli*

Jean-Jacques Franckel**

Denis Paillard***

Este texto não constitui uma espécie de resumo da teoria de Antoine Culoli¹, mas propõe uma leitura orientada que visa explicitar como algumas de suas linhas de força se desenvolvem nos debates e programas que suscita atualmente².

Essa teoria pode ser apresentada sob três aspectos. Corresponde a uma teoria da enunciação, a uma teoria da localização abstrata [*théorie du repérage*]³ e a uma teoria da invariância (e da variação).

1. UMA TEORIA DA ENUNCIÇÃO

1.1. A teoria é, seguidamente, designada sob o termo de *teoria da enunciação*. Ora, esse termo aparece em muitos outros quadros teóricos, e a própria maneira como deve ser entendido, aqui, constitui um primeiro acesso a sua especificidade.

Trata-se de uma teoria da enunciação na medida em que toma como objeto o próprio enunciado. O enunciado não é considerado como o re-

* Texto traduzido por Daniel Costa da Silva

** URA 1028 (Unité de recherches associée au CNRS), Universidade de Paris 7.

*** Universidade de Paris 7.

¹ Uma boa parte dos conceitos e das proposições mencionadas neste artigo foram objeto de definições, comentários e desenvolvimentos em uma série de textos aos quais o acesso mais direto é constituído pelo índice da coleção de artigos de Antoine Culoli (1990).

² Este artigo é ampla e, às vezes, diretamente inspirado nas reflexões a respeito dessa teoria desenvolvidas por Sarah De Vogüé em uma série de artigos (Cf. bibliografia). O presente artigo retoma, portanto, um fundo coletivo e representa em seu conteúdo - senão em sua forma - um trabalho de equipe. Foi beneficiado, em particular, pela releitura atenta de Evelyne Saunier e de Sarah De Vogüé.

³ *Relação de localização abstrata (relation de repérage)* é a relação fundamental da Teoria das Operações Enunciativas de Antoine Culoli, uma vez que todo termo é localizado (*repéré*), em relação a um outro termo que lhe serve de localizador (*repère*).

Salientamos que a palavra *repérage*, cujo sentido fica bem próximo de "localização", não tem

sultado de um ato de linguagem individual, ancorado em um *hic et nunc* qualquer, por um enunciador qualquer. Deve ser entendido como uma organização de formas, a partir das quais os mecanismos enunciativos, que o constituem como tal, podem ser analisados, no quadro de um sistema de representação formalizável, como um encadeamento de operações do qual ele é a marca. O termo *operação* se justifica pela hipótese de que o valor referencial desse enunciado não é dado, mas sim construído. Isso significa que as formas organizadas que o materializam não remetem tanto a valores quanto a operações de constituição do valor referencial. Estudar a enunciação é, pois, estudar as modalidades de constituição desse valor.

Os mecanismos enunciativos que estabelecem o objeto de análise não são, portanto, externos à língua e devem ser distinguidos das condições efetivas que regem a produção do enunciado no *hic et nunc* de uma enunciação singular. Desse ponto de vista, a teoria da enunciação de Culioli não é de maneira alguma uma teoria pragmática. Toda organização de formas é da ordem do enunciativo, ao contrário especialmente do que coloca Benveniste, para quem a enunciação é o ato de um sujeito que instaura o que chama de aparelho formal de enunciação. O sujeito enunciator não constitui uma instância pré-constituída exterior a essas operações, pelo contrário, é um produto dessas operações. Na verdade, desempenha um papel muito variável de um enunciado a outro e, sobretudo, ele se inscreve em relações complexas com o co-enunciador que não se reduzem àquelas do par locutor/co-locutor. Os processos de regulação/ajustamento instauram relações de alteridade, ao mesmo tempo, complexas e formalizáveis entre enunciador e co-enunciador, que não se confundem com as relações pragmáticas que podem se formar entre os sujeitos falantes⁴.

1.2. Pelo fato de não se tratar de uma teoria dos sujeitos enunciativos, mas de uma teoria das operações abstratas, que compete à análise explicitar, a partir da organização das formas constitutivas do enunciado e das restrições que manifesta, essa teoria geralmente se apresenta, de maneira mais

explícita, sob a denominação de *teoria das operações predicativas e enunciativas*. Estas são apreendidas por efeitos empíricos interpretativos que constituem os dados a partir dos quais o linguísta pode estabelecer e colocar à prova hipóteses, descobrindo novos fatos.

A noção de enunciação é indissociável daquela de *boa formação de um enunciado*. Essa noção determina o próprio tipo dos dados e dos fatos de língua tomado em consideração, cuja natureza assinala a especificidade da teoria. É por isso que Milner (1992), como uma forma de descoberta, utiliza como argumento a formulação de Culioli da intuição linguística segundo a qual a sequência *um cachorro late* não constitui um enunciado bem formado. Ainda que gramaticalmente correto, parece pouco provável que se encontre condições de enunciação em que tal enunciado possa aparecer naturalmente sob essa forma. No entanto, essa asserção deve ser especificada e modulada de duas maneiras:

- A restrição somente recai sobre essa forma particular. Esta se inscreve em uma família parafrástica de formas tais como: *um cachorro, ele late; há um cachorro que late; é um cachorro latindo*; etc. Cada uma dessas sequências corresponde a um enunciado bem formado em condições contextuais determinadas. A forma da sequência determina os tipos de contextos compatíveis. Imaginemos, por exemplo, a pergunta *Que barulho é este?* Poderíamos obter uma resposta como *É um cachorro latindo*. Em contrapartida, nenhuma das outras formas acima parece, *a priori*, bem formada, tendo em vista esse contexto específico, uma vez que cada uma delas determina um outro tipo de contexto, e cada contexto determina uma classe de formas possíveis.

- Ocorre que a forma *um cachorro late* é a que restringe de modo mais rigoroso o tipo de contexto (literário e estilisticamente marcado) com o qual é compatível. É nesse sentido que se pode classificá-la de mal formada. Por isso, não fica estritamente excluída a possibilidade de encontrá-la. Pode-se, por exemplo, imaginar o início de uma charada. Como primeira frase de uma história, pareceria necessário acrescentar uma sequência como *em um lugar distante...*, ou inserir a sequência em uma enumeração (*ouvem-se as manifestações da vida cotidiana do vilarejo: os sinos tocam, um cachorro late*), etc. Em suma, o fato empírico principal é que a noção de boa formação não serve para uma análise em termos de tudo ou nada, mas sim em termos do que se poderia

um equivalente natural em português, o que explica a opção por mantê-la no original em algumas traduções. Para traduzi-la, contamos com a gentileza de Jean-Jacques Franckel, que nos sugeriu *localização abstrata*, que é como a linguísta portuguesa Henriqueta Campos entende o termo.

⁴ Sobre este ponto, três textos são essenciais: Paillard, D. e De Vogüé, S. (1986); *Representation, referential processes, and regulation. Language activity as form production and recognition*. In Culioli, A. (1990), p. 177-213; De Vogüé, S. (1992a).

chamar de “custo enunciativo” para a interpretação. A noção de boa formação não se reduz ao que se observa em outras teorias, em termos de aceitabilidade assinalada por atribuições de asterisco. É preciso determinar, por um lado, os contextos que parecem ampla e nitidamente atestáveis para uma determinada forma, por outro lado, os ajustes e as modificações que devem ser feitos em uma forma atestável em um determinado contexto para que ela o converta neste ou naquele outro⁵.

É comum observar que o sentido de uma determinada forma (quer se trate de uma unidade ou de uma sequência) depende de seu contexto. Porém, um dos maiores efeitos da teoria é que, reciprocamente, uma determinada forma estabelece um tipo de contexto, que corresponde ao que chamamos de seu valor referencial.

Assim, por exemplo, *O que é isso* e *O que é que isso* não desencadeiam o mesmo tipo de contextos/cenários. *O que é isso* tende a impor muito mais uma forma interrogativa do que exclamativa, o que não é o caso de *O que é que isso*, mais compatível com as duas entonações. Portanto, é a própria forma da sequência *O que é isso?* que desencadeia a pergunta (o ponto de interrogação é determinado pela forma, muito mais do que a determina). Em contrapartida, os contextos não são os mesmos. *O que é isso* tende, sobretudo, a questionar um acontecimento (por exemplo, uma batida à porta), enquanto *O que é que isso* pode corresponder a uma pergunta de identificação de um objeto desconhecido (forma interrogativa) ou à expressão de uma indignação diante de um determinado acontecimento. Esta análise torna indispensável considerar fatores prosódicos e entonacionais⁶, e a presença eventual das “pequenas palavras” (tais como *não mas...*) que não são classicamente estudadas no âmbito de uma análise lingüística equivalente; antes, porém, ficam a cargo dos estudos pragmáticos. Considerar esses tipos de fenômenos corresponde ao que Culioli chama de “pragmática integrada”.

Assim, a própria natureza dos dados analisados constitui uma espécie de carteira de identidade da teoria. Pode-se especialmente citar a importância dada por Culioli ao estudo das exclamativas⁷ e, em particular, ao estatuto da forma negativa, que, nesse caso, não se deixa reduzir ao que as outras estruturas enunciativas lhe conferem.

2. NATUREZA DAS OPERAÇÕES: TEORIA DA LOCALIZAÇÃO ABSTRATA [THÉORIE DU REPÉRAGE] E DOS DOMÍNIOS NOCIONAIS.

2.1. O operador $\in$

O programa da teoria de Antoine Culioli estava baseado na hipótese de que o conjunto das operações enunciativas se resume a um operador único, abaixo determinado, operador de localização abstrata representado por $\in$, que é um operador para colocar em relação. Todo termo (no sentido mais amplo: sequência, frase, unidade lexical, etc.) se encontra relacionado com um outro termo, previamente dado, que tem conseqüentemente, nessa relação sempre assimétrica, o estatuto de termo localizador [*repère*]. Essa operação fundamental de localização se achava no centro da teoria em uma primeira fase de sua evolução, até quase o fim dos anos 1970⁸. Em uma segunda fase, o trabalho fica, sobretudo, centrado no conceito de noção e de domínio nocional. A fase atual estabelece os modos de articulação entre esses dois momentos.

2.2. Uma teoria da alteridade

O operador $\in$ relaciona dois termos (*a* e *b*) em uma relação de alteridade primeira: $a \in b$, e reformula essa alteridade primeira como uma relação assimétrica: *a* é o termo localizado [*repéré*] por *b*. Ao mesmo tempo, essa localização abstrata é indissociável das propriedades de *a* e *b*, que fazem com que o termo *a* tenha uma maior ou menor vocação, no centro da relação, de ser o termo localizado por *b* (em *o livro está sobre a mesa*, *livro* e *mesa* têm propriedades que tendem a fundar/considerar *mesa* mais como termo localizador do que o inverso, visto que *mesa* não é evidentemente um termo localizador em si). As propriedades dos termos não são anteriores a sua instauração nas relações; são estas que as determinam.

A análise da diferença entre (1) *João tem um carro* e (2) *o carro é de João* conduziu Culioli a introduzir o operador $\ni$ (épsilon espelhado). Essa operação permitiu postular como central a oposição entre relação determinista/

⁵ Eis aqui um exemplo significativo extraído de Culioli, A. (1990), p. 17.

⁶ Cf. particularmente Saunier, E. (1996).

⁷ Cf. Culioli (1974) e (1995a).

⁸ Cf. particularmente Culioli, A. (1971), assim como *The concept of Notional Domain*, em Culioli (1990), p. 74-77.

não determinista.

Em (1), trata-se de uma relação não-determinista: o fato de que *João* (b) “localiza” *um carro* (a) não significa que ele não localize outra coisa. Dito de outro modo, *carro* pertence a uma classe de termos localizáveis por *João*. É o que representa $\exists$ em $b \exists a$.

Em (2), ao contrário, *carro* não é apreendido no quadro de pertencimento a uma classe. É o que representa $a \in b$.

O não-determinismo de $\exists$ faz surgir o que se revela ser uma propriedade constitutiva da localização abstrata: não existe relação direta entre o termo localizador e o termo localizado. O termo localizador define uma classe de localizáveis, e o termo localizado está, portanto, necessariamente inscrito em uma classe. A introdução dessa classe permite instaurar um duplo jogo de alteridade:

- alteridade da classe dos localizáveis em relação ao termo localizador *b*.
- alteridade de *a* no centro dessa classe.

A teoria de localização abstrata torna-se, assim, indissociável de uma teoria da alteridade, das relações entre o mesmo e o outro. O operador $\in$ foi, inicialmente, utilizado na análise de relações que diziam respeito à categoria da pessoa⁹, posteriormente desempenhou um papel decisivo no tratamento de problemas de determinação e de modos de constituição da enunciado¹⁰.

A unicidade do operador $\in$ não significa que as localizações que ela permite constituir sejam homogêneas. Um enunciado se apresenta como um emaranhado de relações dessimétricas que se sobrepõem em diferentes níveis, onde os termos podem ter um estatuto de termo localizador em um nível e de termo localizado em um outro nível.

2.3. Domínios nocionais

2.3.1 O estatuto híbrido da noção

A partir de 1980, aproximadamente, o desenvolvimento da teoria passou por uma leve modificação, e a reflexão se centrou principalmente so-

bre o conceito de *noção* e *domínio nocional*.¹¹

Culioli, primeiramente, definiu noção como um feixe de propriedades físico-culturais, sem lhe conferir um estatuto lingüístico propriamente dito, apresentando-a como uma entidade híbrida, entre o mundo e as representações físico-culturais, por um lado, e a língua, por outro.

A noção é em si própria indizível, jamais sendo apreendida senão através das realizações particulares que são suas ocorrências. Ela implica, portanto, relacionar uma ordem de existência, que não é materializável, nem exibível, nem dizível em si, com as marcas dessa existência, e que jamais são senão suas marcas.

2.3.2 Noção e ocorrência

Uma ocorrência não tem relação estabilizada com a noção da qual constitui uma realização particular. Sua determinação passa pela instauração de dois pólos organizadores¹²:

a) um padrão de conformidade, que permite identificar uma ocorrência como um exemplar da noção: é o *tipo*. Este permite estabelecer tudo o que um livro é, por exemplo, na medida em que – desde o instante em que – é livro. O tipo permite estabelecer a pertença de um exemplar de livro à classe dos livros. Enquanto pertencendo à classe, as ocorrências estão conforme ao tipo, portanto, são *exemplares intercambiáveis*. Um exemplar está conforme a propriedade que ele identifica e da qual constitui uma amostra.

Se considerarmos apenas esse modo de relação à noção, toda ocorrência de *livro* é uma ocorrência assim como qualquer outra; trata-se de uma classe de ocorrências indiscerníveis. Do ponto de vista restrito da relação com o tipo, a pertença de uma ocorrência a uma classe de ocorrências-exemplares depende de tudo ou nada; de uma ocorrência a outra, a relação à propriedade não é objeto de nenhuma alteridade. Uma vez que a única alteridade considerada correspondente à passagem de uma ocorrência a outra, para o que é da propriedade *ser livro*.

b) A noção fornece um segundo pólo organizador que é o *atrator*. A ocorrência herda da noção apenas certos aspectos, o que estabelece sua singularidade. O atrator permite determinar em que e em qual medida uma ocorrência tem a ver com a noção. A ocorrência divide a noção em aspectos de

¹¹ Cf. especialmente *Sur le concept de notion*, p. 47-65 e *The concept of Notional Domain*, p. 67-81. In: Culioli (1990).

¹² Cf. De Vogüé, S. (1993).

⁹ Cf. Culioli, A. (1973).

¹⁰ Cf. particularmente Culioli, A. (1975) e (1982).

noção, tem-se uma forma de divisão da noção em zonas que correspondem a várias formas de ser *livro*, a do *mais ou menos livro*. O atrator estabelece uma dupla singularidade: a singularidade da noção, enquanto indizível; a singularidade dos indivíduos que somente são herdeiros da noção neste ou naquele aspecto e que a dividem. Caso apenas se considere esse tipo de relação com a noção, têm-se indivíduos separados, singulares, incomparáveis.

Cada ocorrência é um indivíduo cuja singularidade o distingue de todas as outras, visto que a relação ao tipo estabelece o comparável. Uma ocorrência é, portanto, um indivíduo singular que corresponde a um aspecto particular de uma noção, ao mesmo tempo em que é uma realização idêntica a isso. Trata-se de dois modos de estabilização indissociáveis que se estabelecem com ponderações variáveis. O domínio nocional corresponde à diversidade das ocorrências da noção em função da articulação singularidade/exemplaridade.

2.4. Articulação entre localização abstrata e domínios nocionais

A fase mais recente de desenvolvimento da teoria de Culioli consistiu em retomar a operação de localização abstrata a partir de dois termos localizadores que constituem os dois pólos reguladores da noção. Constatou-se, primeiramente, que era necessário distinguir dois modos distintos de localização:

- uma localização do tipo construção, em que, em relação ao termo localizador, a existência do termo localizado é predicada;
- uma localização do tipo especificação, em que o termo localizado é especificado por sua relação com o termo localizador¹³.

Desde então, pôde-se trabalhar a hipótese de que as ocorrências de uma noção são elas próprias construídas e especificadas, por um lado, por localização ao tipo, e por outro lado, ao atrator. Isso significa que as diferentes estruturas do domínio nocional podem ser relacionados aos diversos efeitos do operador $\in$.

3. A INVARIÂNCIA COMO TEORIA DA VARIAÇÃO

A reflexão sobre a noção de invariância se desenvolveu a partir de duas

questões centrais: 1) a diversidade das línguas; 2) a identidade das unidades lingüísticas através da diversidade de seus empregos.

3.1. A diversidade das línguas

3.1.1. Dos universais a uma teoria da invariância

A definição da lingüística como ciência da linguagem apreendida através da diversidade das línguas naturais tornou-se emblemática da orientação tomada por Culioli. Essa definição tem, entre outras, duas consequências:

- Ela marca que a pesquisa de uma generalização não poderia se estabelecer sobre uma única consideração das propriedades de uma língua ou de um número restrito de línguas. Não é a partir de princípios cognitivos universais independentes das propriedades das línguas que se forjam os instrumentos de descrição dessas línguas, mas a partir da observação minuciosa da organização específica de cada uma delas¹⁴.

- Ela recoloca, sobre esse ponto, a questão central de uma variação, mas de uma variação regrada, e cujos modos de regulação recaem sobre princípios invariantes. As línguas podem ser consideradas ao mesmo tempo como exemplares da linguagem (pode-se passar de uma para outra, traduzir, toda criança aprende a língua de seu meio) e como indivíduos (uma vez que cada língua é singular, e de um certo ponto de vista irredutivelmente específica, e que seja somente porque nenhuma unidade tem exatamente o mesmo funcionamento nem o mesmo comportamento de uma língua a outra).

É a análise da singularidade de cada língua em seus diferentes componentes que é suscetível de fornecer um acesso a uma teoria generalizável. Desde então, não se trata de estabelecer *universais*, a partir de um modelo teórico fixado sobre categorias metalingüísticas e/ou cognitivas preestabelecidas, do qual cada língua ofereceria realizações particulares, mas sim de tomar *invariâncias* a partir da consideração da singularidade e da diversidade. A atualização de invariâncias depende de procedimentos de descoberta problematizados, que emergem gradualmente dos dados.

¹³ Cf. Paillard, D. (1992).

¹⁴ Cf. Paillard D. e Robert, S.

3.1.2. *Natureza do formalismo*

O estatuto das invariantes é coerente com o do formalismo construído. Na teoria de Culioli, a elaboração de uma metalíngua de análise se caracteriza pelo fato de que não se estabelece sobre empréstimos dos formalismos preexistentes no arsenal dos modelos lógico-matemáticos. O modo de questionamento das línguas em sua diversidade impõe a elaboração de um formalismo específico. Essa elaboração está baseada na hipótese de que a linguagem, enquanto sistema de representação suscetível de funcionar como metalíngua, oculta propriedades formais específicas que podem ser retomadas a partir de dados empíricos. A descoberta desses dados passa por procedimentos que não são estruturados *a priori* por modelos pré-estabelecidos para responder a questionamentos diferentes daqueles que tratam da linguagem¹⁵. As invariantes atualizadas constituem os parâmetros e os instrumentos da metalíngua. Os princípios de regulação são internos à linguagem através da variação de seus usos observáveis nas línguas e, portanto, não dependem *a priori* de uma necessidade que seria externa à linguagem.

Isso não significa que os mecanismos cognitivos fundamentais não são usados na linguagem, mas postula que a linguagem faz funcionar, de maneira específica, esses mecanismos.

Desse ponto de vista, pode-se considerar a teoria de Culioli uma “fenomenologia”. Ela se opõe a uma apreensão instrumental da linguagem que codificaria ou encarnaria um sentido ou um pensamento que lhe preexistiria ou que existiria independentemente. A linguagem constitui, ao contrário, uma forma de pensamento específico (o que não significa, de maneira alguma, que todo pensamento se reduz à linguagem!) e essa especificidade somente é atingível pela análise das operações da qual ela é constitutiva.

3.1.3. *Uma análise transcategorial*

Isso se traduz em particular pelo fato de que as categorias que apresentam, de um ponto de vista cognitivo, uma forma de universalidade como o tempo, o espaço ou o número, por exemplo, não são categorias das quais se parte para estudar sua “realização” nesta ou naquela língua particular. Elas correspondem bem mais a valores referenciais, cujos modos de constitui-

ção são singulares de uma língua em relação a outra e aparecem na medida em que são descobertos os dados particulares que as materializam.

Assim, o que se nomeia de *interação*, ou *decorrido*, por exemplo, recobre, na verdade, funcionamentos extremamente heterogêneos. Por essa razão, a teoria deriva, de forma privilegiada, de trabalhos consagrados ao funcionamento particular de tal unidade dentro de tal língua e não do estudo do modo de materialização em determinada língua de tal categoria preestabelecida.

Uma consequência dessa abordagem se manifesta através de uma orientação que se pode caracterizar como *transcategorial*. Isso significa, por um lado, que as categorias pertinentes a uma língua não são necessariamente pertinentes a uma outra e, por outro lado, que o funcionamento de uma determinada unidade instaura fenômenos que dependem de várias categorias heterogêneas.

3.2. *Identidade das unidades lingüísticas*

3.2.1 Como vimos anteriormente, uma hipótese fundamental é que o valor referencial de um enunciado é o produto das operações cujas unidades da língua e suas organizações são a marca. Trata-se, portanto, dos únicos dados sobre os quais a análise pode se estabelecer (incluindo as manifestações prosódicas e entonacionais), com exceção de qualquer outro elemento que não fosse marcado. Ela exclui, em particular, as posições independentes de lugares lineares e independentes do termo que os ocupa, ou ainda, as categorias vazias sobre as quais se apóiam, ao contrário, as teorias que postulam autonomia de um nível sintático de funcionamento¹⁶. A teoria de Culioli se opõe à concepção segundo a qual a sintaxe e a gramática seriam o lugar de regularidades, e o léxico o das singularidades. Aqui, é o léxico que constitui o fator de regulação, visto que as construções introduzem, ao contrário, um fator de instabilidade¹⁷. A própria concepção de léxico se acha transformada: os itens lexicais devem se conceber não mais como o material pré-constituído instaurado pela organização sintática dos enunciados, mas como lugar de uma variação regrada. Portanto, a teoria constitui, ao mesmo tempo, uma abordagem específica do papel das unidades na construção do valor referencial dos enunciados.

¹⁶ De Vogüé, S. (1991) e (1992b).

¹⁷ Ver as variações do que Culioli chama de uma família parafrástica, em que a partir de um determinado material lexical, constrói-se um conjunto não fechado de estruturas sintáticas.

¹⁵ Cf. *La linguistique: de l'empirique au formel*. In: Culioli, A. (1990), p. 9-46.

3.2.2. Uma parte essencial dos trabalhos suscitados por este quadro teórico concerne, de fato, à descrição sistematizada das unidades particulares de diversas línguas apreendidas através da variação das relações dessas unidades com seu ambiente textual. Este trabalho que concerne a todos os tipos de unidades (morfológicas, lexicais, conectores, etc.) se desenvolve, ao mesmo tempo, sobre o plano da modalização e sobre o plano das investigações empíricas.

3.2.3. Uma primeira etapa da teoria postulava que cada unidade se encontra relacionada a uma operação da qual é apreendida como indicador. Restituía-se uma invariância de operação além das variações, tratando a unidade como uma espécie de operador que tem elementos do co-texto como operando. Era o domínio da aplicação da operação que, então, se supunha fornecer o domínio da variação da operação. Percebia-se, dessa maneira, uma forma de interação entre a unidade e seu ambiente. As unidades não são diretamente portadoras de sentido em si mesmas, contribuem de maneira específica para construir sentido em um determinado ambiente, uma vez que sua identidade não se caracteriza por um valor, mas, sim, por um funcionamento. Essa abordagem já indicava que o sentido das unidades não é anterior à interação com seu ambiente e constituía um primeiro tipo de tratamento do fenômeno que se apreende como a polissemia, segundo a qual toda unidade usual da língua, qualquer que seja sua pertença categorial, aparecia compatível com valores disparatados e até mesmo seguidamente contraditórios. Ela permitia postular uma forma de invariância que não se reduz a um tipo de denominador semântico comum que se atingiria por uma maior ou menor abstração estabelecida sobre a analogia e a metáfora. Ela fornecia, assim, um primeiro tipo de solução para o inevitável torna das duas restrições antagônicas que conduzem, por um lado, a sobreinvestir semanticamente a palavra para não errar nada de sua especificidade e, por outro, a desobrigá-la para permitir de abarcar a totalidade de seus empregos na abstração requerida pela pesquisa do que poderia constituir um tipo de esboço disso.

Porém, esta abordagem engendra um paradoxo: se a operação própria a cada unidade é invariante, e somente alcança resultados variáveis em função dos termos tomados como operandos, a variação se encontra indefinidamente relacionada com o co-texto. Ora, acontece que todo elemento do co-texto é ele próprio deformável e polissêmico, suscetível, por sua vez, a adquirir vários valores.

É o motivo pelo qual, nos desenvolvimentos atuais da teoria, é considerada a idéia central de que a variação é constitutiva da própria identidade de uma unidade. A noção de marcador de operação se encontra, assim, ultrapassada, na medida em que a relação entre operador e operando é ela

própria variável. Assevera-se que o operador não é fixo, é trabalhado de maneira específica por fatores de seu ambiente. Trata-se de uma interação dinâmica e não de um condicionamento em sentido único.

3.2.4. Na medida em que a variação das relações de uma unidade em seu entorno é considerada como constitutiva da identidade dessa unidade, não é mais possível basear essa unidade em um valor semântico estável e autônomo, ou em um valor prototípico, definível fora do contexto. Além disso, na medida em que essa interação é ela própria variável, e que se trata verdadeiramente de uma interação (o item atua sobre o entorno, interpreta-o, tanto quanto o co-texto atua sobre ele, confere-lhe um valor), também não é mais possível conceber uma unidade como um operador: um operador instaura, na verdade, o entorno, seu valor é dependente disso, mas essa interação é estável e em sentido único (o operador não interpreta o co-texto, não lhe dá um valor).

Daí a instauração de um novo modelo de representação da identidade lexical: a forma esquemática. A forma esquemática de um item lexical é um pólo de regulação das interações com os elementos de seu ambiente que são necessários para seu uso (o co-texto). É um esquema no sentido em que organiza o co-texto e que o interpreta. É uma forma no sentido em que é suscetível de adquirir vários valores, onde é variável. Trata-se de não mais abstrair uma invariância a partir da variação, mas de retomar os princípios reguladores desta variação.

A forma esquemática instaura três planos de variação:

- Uma variação interna a própria unidade, que provém do fato de que as deformações que resultam das interações com os diferentes co-textos possíveis se encontram estruturados de maneira específica pela forma esquemática própria a essa unidade.
- Uma variação que provém dos itens lexicais do co-texto, que ativam este ou aquele parâmetro da forma esquemática. Um verbo como *passar* vê seu funcionamento instaurado de maneira diferente caso se trate da sequência *passar o chapéu, o café, o tempo, um cheque, uma doença, uma temporada*, para somente citar um punhado de exemplos possíveis com a única forma transitiva.
- Uma variação das construções sintáticas, compatíveis com a unidade, que são, ao mesmo tempo, internas a esse item, no sentido em que são constitutivas de sua identidade (tal item entra em tal conjunto determinado de construções); e externas, no sentido em que cada uma delas procede de uma reconstrução (*passar* é reconstruído por *para em passar para*).

A construção sintática não pode ser descrita em termos de subcategorização, mas em termos de “repertório”. As construções dos itens são excessivamente singulares ao item para poder estabelecer subcategorias, no entanto, pode-se reagrupar diferentes itens a exemplo de uma construção comum: o repertório de um item lexical é o conjunto das construções que compartilha com outros itens: assim *ver* compartilha com *deixar* a construção infinitiva (com a inversão ou não do sujeito: *eu vejo / eu deixo João partir / partir João*), mas compartilha com *crer* a construção completiva em *que* (*eu creio / eu vejo que João parte*), etc. Têm-se, assim, redes de construções, mas *ver* corresponde a um cruzamento específico dessas categorias.

Na medida em que a construção de um item lexical é um lugar de variação (há várias construções possíveis para um mesmo item), na medida em que esta construção se interpreta como uma reconstrução do item em questão, é preciso deduzir daí que as construções sintáticas guardam uma autonomia relativa em relação ao léxico (a escolha de um item lexical não determina inteiramente a construção sintática na qual vai entrar).

Chega-se, então, a proposição de que a sintaxe é parcialmente autônoma em relação ao léxico, incluindo aí a questão menos aparente, isto é, no que concerne às construções sintáticas dos itens lexicais.

Para concluir, citamos o resumo que Culioli (1995b) apresenta de um aspecto dos fundamentos de sua orientação:

“Para uma epistemologia do compartimentado, do estático e do linear, parece, à prova dos fenômenos, que é preciso substituir uma epistemologia do interativo, do dinâmico e do não-linear, por uma dialética complexa do rígido e do maleável, em que se negam e se denegam figuras do estável e do instável, através da plasticidade regulada da linguagem”.

BIBLIOGRAFIA

- BOUSCAREN, J., FRANCKEL, J.-J., ROBERT, S. (orgs.) *Langues et langage, problèmes et raisonnement en linguistique*, *Mélanges offerts à Antoine Culioli*, PUF, 1995.
- CULIOLI, A. La formalisation en linguistique. In: *Cahiers pour l'analyse*, T. 9, Paris, Seuil, 1968.
- CULIOLI, A., FUCHS, C., PÊCHEUX, M. Considérations théoriques à propos du traitement formel du langage. *Documents de linguistique quantitative*, n° 7, Centre de Linguistique quantitative de la faculté des sciences

de l'Université de Paris, 1970.

CULIOLI, A. A propos d'opérations intervenant dans le traitement formel des langues naturelles. In: *Mathématiques et Sciences humaines*, T. 34, Paris, Gauthier Villars, p. 7-15, 1971.

—. Sur quelques contradictions en linguistique. *Communications*, 20, Seuil, p. 83-91, 1973.

—. A propos des énoncés exclamatifs. In: *Langue Française*, 22, Larousse, p. 6-15, 1974.

—. A. Notes sur détermination et quantification: définition des opérations d'extraction et de fléchage. In: *Projet interdisciplinaire de traitement formel et automatique des langues et du langage*, D.R.L. Université de Paris 7, 1975.

—. A. *Rôle des représentations mélalinguistiques en syntaxe*. Comunicação apresentada na sessão plenária do XIII congresso internacional dos linguistas, Tokyo, Collection ERA 642, DRL, Université de Paris 7, 1982.

—. *Pour une linguistique de l'énonciation*. Ophrys, 1990.

—. A. Quantité et qualité dans l'énoncé exclamatif. In: *La quantité et ses modulations qualitatives*, sob a dir. de J. Fontanille, collection nouveaux actes sémiotiques, 1995a.

—. A. Qu'est-ce qu'un problème en linguistique? Étude de quelques cas. In: *Fondements de la recherche en linguistique, Perspectives épistémologiques*, Mortéza Mahmoudian, ed., cahiers de l'ILSL, Université de Lausanne, 6, p. 7-16, 1995b.

DE VOGÜÉ, S. e PAILLARD, D. Modes de présence de l'autre. In: *Les particules énonciatives en russe contemporain*, vol. 2, Collection ERA 642, Université de Paris 7, p. 11-37, 1986.

DE VOGÜÉ, S., La transitivité comme question théorique: querelle entre la Théorie des Positions de J.-C. Milner et la Théorie des Opérations Prédicatives et Énonciatives d'A. Culioli. *Linx*, n° 24, p. 37-65, 1991.

—. Culioli après Benveniste: énonciation, langage, intégration. *Linx*, n° 26, p. 77-108, 1992a.

—. Si, la syntaxe et le point de vue des opérations. In: *La théorie d'Antoine Culioli, Ouvertures et incidences*, Ophrys, p. 123-144, 1992b.

—. Des temps et des modes, *Le Gré des langues*, 6, L'harmattan, p. 65-91, 1993.

DE VOGÜÉ, S. e PAILLARD, D. Identité lexicale et hétérogénéité de la variation co-textuelle: le cas de *suivre*. In: C. Guimier, ed., *Contextes et co-textes*, Atas da mesa redonda organizada por ELSAP, Université de Caen, fevereiro de 1996, 1997.

FRANCKEL, J. J. e PAILLARD, D. Regulation of the semantic variation of morpho-lexical entities. In: *Verbal production and problem solving*, edited by J. C.-P. S. Gillis. Dordrecht: Antwerp papers in linguistics, 1997.

- FRANCKEL, J. J., PAILLARD, D. e SAUNIER, E. Modes de régulation de la variation sémantique d'une unité lexicale: le cas du verbe *passer*. In: *La locution : entre lexicque, syntaxe et pragmatique*, coll. St-Cloud, publication de l'INALF, Klincksieck, Paris, p. 49-68, 1997.
- FUCHS, C. Les problématiques énonciatives : esquisse d'une présentation historique et critique. *DRLAV*, 25, p. 35-60, 1981.
- MILNER J.-C. De quelques aspects de la théorie de Antoine Culioli projetés dans un espace non énonciatif. In: *La Théorie d'Antoine Culioli, ouvertures et incidences*, Ophrys, p. 19-38, 1992.
- PAILLARD, D. Repérage: construction et spécification. In: *La Théorie d'Antoine Culioli, ouvertures et incidences*, Ophrys, p. 75-88, 1992.
- PAILLARD, D. e ROBERT, S. Langues diverses et langues singulières. *Langage et sciences humaines : propos croisés. Acte du colloque en hommage à Antoine Culioli*, Stéphane Robert éd., Peter Lang. coll. Sciences pour la communication, 46, Bern, p. 117-143, 1995.
- PAILLARD, D. N'importe qui, n'importe quoi. *Langue française* n° 116, Larousse, 1997.
- SAUNIER, E. Ce qui tient à *tenir* dans Tiens!. *Orbis Linguarum*, 4, p. 183-200, 1996.
- . Contribution à une étude de l'inchoation: *se mettre* à + inf. Contraintes d'emploi, effets de sens et propriétés du verbe *mettre*. *Cahiers Chronos*, 1997, no prelo.
- VICTORRI, B., FUCHS, C. *La polysémie*. Hermès, 1997.